

SÍTIO ARQUEOLÓGICO: UMA REVISÃO DO CONCEITO**ARCHAEOLOGICAL SITE: A CONCEPT REVIEW****João Nilo de Souza Nobre¹**
nilonobrelobo@gmail.com**RESUMO**

O presente artigo visa traçar uma revisão histórica do desenvolvimento do conceito de sítio arqueológico, estabelecendo não apenas a historicidade de suas mudanças, como também sua relação com os quadros referenciais teóricos da Arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia; sítio arqueológico; registro arqueológico; quadro teórico.

ABSTRACT

This paper aims to outline a historical review of the development of the concept of archaeological site, establishing not only the historicity of its changes, but also its relationship with the theoretical frameworks of Archeology.

Keywords: Archaeology; archaeological site; archaeological record; theoretical framework.

INTRODUÇÃO

Como demonstrado em Nobre (2021), a ciência arqueológica foi se desenvolvendo de acordo com o contexto histórico, refletindo também as novas concepções da filosofia, que trouxeram a centralidade da linguagem enquanto condição

1 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

de possibilidade tanto de ensino quanto de aprendizagem sobre as propriedades materiais do mundo objetivo.

Oliveira (2012; 2015) traz em sua obra uma revisão mais aprofundada de como a filosofia passou de um estudo ontológico (que buscava saber **o que são** as coisas), para um estudo epistemológico (que buscava saber **como podemos conhecer** as coisas), para, por fim, chegar na linguagem enquanto articulação fundamental de todas as formas de conhecer o mundo.

Para Oliveira (2015), este entendimento da linguagem enquanto condição de possibilidade do conhecimento ficou conhecido na filosofia como reviravolta linguística, pois é impossível conhecer o mundo sem uma linguagem que dê nomes às coisas, ou que expresse suas relações. E, neste sentido, entra em destaque a formulação das teorias científicas. Para o filósofo Lorenz Puntel (2008), enquanto as ciências se constituem de estudos ontológicos individualizados, a filosofia pode exercer um papel aglutinador de juntar todas estes conhecimentos específicos em um entendimento mais amplo. Ou seja, enquanto as ciências estudam os fenômenos do mundo objetivo perguntando “**o que são**” estes fenômenos, a filosofia olha para as ciências perguntando “**como podemos conhecer**” esses fenômenos e a resposta é: através da linguagem, ou **das** linguagens, para ser mais exato, pois cada ciência tem seus próprios objetos e métodos particulares de entendê-los e estudá-los, métodos que inclusive mudam ao longo do tempo, conforme novas informações são descobertas e antigas crenças precisam ser revistas.

O surgimento de diferentes quadros referenciais teóricos em cada ciência é um fenômeno epistemológico investigado pela filosofia. Puntel (2008) postula que teoria pode ser entendida como “uma classe de sentenças ou fórmulas dedutivamente fechada ou finalizada por meio de consequência lógica” (PUNTEL, 2008, p. 160). Portanto, a construção de uma teoria, seguindo esta definição, se dá através da indicação de três fatores: 1- a linguagem da teoria; 2- os axiomas lógicos e não lógicos da teoria; e 3- as regras de dedução lógica da teoria (PUNTEL, 2008). Portanto, dito de outro modo, teoria pode ser entendida como uma estrutura de sentenças ou fórmulas com uma linguagem e lógica específica. Evidencia-se a centralidade da linguagem na investigação científica, pois um quadro teórico científico precisa necessariamente se expressar através de uma linguagem com regras próprias.

Considere, por exemplo, a seguinte fórmula: $H-O=H$. Perceba que se a fórmula for analisada numa perspectiva matemática, trata-se de uma simples equação com uma incógnita. Por outro lado, se a fórmula for analisada do ponto de vista da química, trata-se de uma impossibilidade, pois átomos de oxigênio possuem apenas duas ligações e hidrogênio apenas uma. De forma que a molécula de água precisaria ser escrita de outra forma. O que pretendo mostrar com este exemplo, é que cada ciência tem sua linguagem e, mesmo que utilize os mesmos símbolos, seus significados diferem bastante, assim como sua lógica interna de expressar o mundo. E este fenômeno não acontece apenas entre ciências distintas, mas, por vezes, dentro de uma mesma disciplina os quadros referenciais teóricos investigam os fenômenos a partir de pontos de vista distintos, trazendo consigo linguagens e lógicas internas próprias.

O presente texto visa, portanto, sintetizar o desenvolvimento do conceito de sítio arqueológico conforme os diferentes quadros referenciais teóricos da Arqueologia, pois conforme afirma Bicho (2011, p. 86), “é mais ou menos comum utilizar-se do termo sem haver uma precisão definida do conceito, tomando o investigador como um dado adquirido que “sítio arqueológico” tem o mesmo significado para toda a comunidade arqueológica.” O que, como espero mostrar, está longe de ser verdade.

O SÍTIO ENQUANTO LUGAR

Assim como este grande movimento conceitual que se deu na filosofia, podemos ver um exemplo também na Arqueologia, ao considerarmos que tivemos uma fase inicial de pesquisas prioritariamente ontológicas (o que é), para depois passarmos para uma perspectiva mais epistemológica (como podemos conhecer). Nas primeiras décadas da disciplina, os sítios arqueológicos foram pensados enquanto lugares com vestígios de atividades humanas no passado.

Segundo Dunnell (1992), sítio arqueológico é um conceito tomado como um fenômeno em si mesmo. Por muito tempo pensado enquanto entidade real do mundo objetivo, passível de ser procurado, encontrado, escavado, coletado, interpretado e, até mesmo, datado. Cujas definições são derivadas de duas noções prévias, sendo combinadas de formas diferentes e variando apenas em alguns detalhes.

A primeira definição seria a do pesquisador R. F. Heizer, na qual se entende o sítio arqueológico como um lugar, seja ele pequeno ou grande, onde se espera encontrar traços de uma atividade ou ocupação antiga. O ponto crucial desta definição seria a presença de artefatos, que poderiam ser grandes como uma cidade ou pequenas como o local onde se encontra uma ponta de flecha. Para Dunnell (1992), neste entendimento, o sítio seria um lugar, o qual se distingue dos outros pela presença de artefatos arqueológicos.

Uma outra definição que entende um sítio arqueológico como um espaço seria a de Willey e Phillips, no trabalho que viria a se tornar o livro *Method and Theory in American Archaeology* de 1958. Conforme argumentam os autores,

Um sítio é a menor unidade de espaço com a qual os arqueólogos lidam e a mais difícil de se definir. Seus limites físicos, os quais podem variar de poucas jardas quadradas até muitas milhas quadradas, são geralmente impossíveis de determinar. Praticamente o único requerimento geralmente exigido de um sítio é que este seja abundantemente coberto pelos remanescentes de ocupações prévias, a ideia geral é que estes pertençam a uma única unidade de ocupação, a qual pode ser qualquer coisa desde um pequeno acampamento até uma grande cidade... O sítio é a unidade básica para os estudos estratigráficos... (WILLEY e PHILLIPS apud DUNNELL, 1992, p. 24, Trad. livre do autor).

Como exemplo da apropriação destas noções quanto à definição de sítio, podemos citar o amplamente utilizado manual “*Archaeology, Theories, Methods and Practice*” dos autores Colin Renfrew e Paul Bahn, no qual o conceito é expresso da seguinte forma:

Sítios arqueológicos podem ser pensados como lugares onde artefatos, edificações, estruturas e remanescentes orgânicos e ambientais podem ser encontrados juntos. A propósito de trabalho, pode-se simplificar isto ainda mais e definir sítios como lugares onde são identificados traços significantes de atividade humana (BAHN e RENFREW, 2004, p. 54, Trad. livre do autor).

Definição semelhante encontramos em Drewett (2001), embora o autor busque expor a dimensão humana, ainda há uma forte associação do conceito com um lugar onde aconteceram atividades humanas e onde se encontram vestígios.

Sítios arqueológicos consistem essencialmente em áreas de atividades e entulhos. É onde pessoas fizeram coisas no passado e deixaram algum resíduo de terem feito algo. Isso pode ter sido algo grande como a construção de Machu Picchu ou Stonehenge, ou um algo muito menor como lascas de machado de sílex ou comer uma ostra (DREWETT, 2001, p. 17, Trad. livre do autor).

É importante destacar que, no Brasil, as definições de sítio arqueológico geralmente seguem estas formas iniciais do conceito. Para a legislação brasileira a definição de sítio arqueológico utiliza a noção de lugares onde se encontram elementos de ocupações antigas, pois o texto da Lei nº 3.924/61 se refere aos sítios como “jazidas que representam testemunhos de cultura dos paleoameríndios”; ou, “sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios”; ou, “sítios [...] nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico” (Lei Federal nº 3.924/1961).

Na argumentação de Dunnell (1992) ao questionar o *status* de fenômeno em si mesmo, o autor não está querendo dizer que sítios não existem, mas que eles não são a menor unidade de análise do arqueólogo, estes seriam os artefatos. O que se procura, encontra, escava, interpreta e data são os artefatos e não o lugar onde eles estão.

A segunda questão levantada por Dunnell (1992) está diretamente relacionada à produção do conhecimento. O autor extrapola esta discussão sobre a existência dos sítios arqueológicos, argumentando que geralmente os arqueólogos mantêm esta dualidade na definição de sítio. Segundo o pesquisador, muitos autores defendem que o sítio arqueológico existe (enquanto coisa observável), mas que é difícil de definir justamente porque ele não é realmente uma coisa ou qualidade, mas concentrações ou quantidades. Em outros exemplos, o pesquisador defende que sítio é uma construção sintética criada pelo arqueólogo, mas, nas descrições, as referências são feitas geralmente em relação a quando o sítio foi encontrado ou descoberto, implicitamente trazendo a noção de que o sítio é uma unidade empírica.

Segundo Dunnell (1992), a alternativa encontrada por alguns pesquisadores para este impasse seria uma definição com base na interpretabilidade, conforme sugerido por S. Plog, cuja proposta levaria à identificação de sítios arqueológicos como locais descontínuos com materiais culturais e potencialmente interpretáveis.

Por descontínuos, queremos dizer ligados espacialmente, com estas ligações definidas pelas mudanças pelo menos relativas nas densidades dos materiais. Por interpretáveis nos referimos à presença de materiais de qualidade e quantidade suficientes para pelo menos tentarmos e normalmente mantermos inferências sobre os comportamentos ocorridos no local. Por materiais culturais nos referimos a artefatos, ecofatos e estruturas (PLOG et al. *Apud* DUNNELL, 1992, p. 30, Trad. livre do autor).

Esta noção de descontinuidade ainda permitiria que o sítio fosse interpretado de alguma forma como uma unidade, a qual seria identificada pelas diferenças relativas nas densidades dos artefatos. Tal definição de sítio teria um componente fortemente operacional, o qual permitiria a definição de um sítio arqueológico não devido às propriedades teóricas do conceito, mas de acordo com o que os métodos de inferência do pesquisador necessitam (DUNNELL, 1992).

Há, portanto, um descompasso conceitual na identificação de um sítio como se este fosse algo mais do que uma definição arbitrária de delimitação de área de estudo onde estão os verdadeiros objetos da pesquisa arqueológica.

E isto vai se tornar mais evidente com o desenvolvimento do quadro referencial teórico processual na Arqueologia.

SÍTIO ENQUANTO RELAÇÃO ESPACIAL

Para Dunnell (1992) outra noção de sítio que se tornaria bastante popular seria a proposta por Binford (1964), na qual um sítio é entendido como um agrupamento espacial de estruturas ou itens, ou ambos. A característica formal do sítio seria definida pelo seu conteúdo. Esta definição teria uma pequena mudança, pois o que definiria o sítio seriam os materiais que o compõem e as relações espaciais entre eles e não mais o espaço onde são encontrados os materiais arqueológicos.

Contudo, segundo Dunnell (1992, p. 25, Trad. livre do autor), apesar de a definição de Binford ter trazido o foco da definição de sítio para os artefatos e suas relações espaciais, o sítio ainda seria uma unidade empírica. Então a pergunta seria: um sítio arqueológico existe? Esta pergunta não é direcionada ao fato aparentemente óbvio de que há espaços com concentrações de materiais relevantes arqueologicamente, mas se este local seria uma unidade empírica observável ou se o conceito seria uma construção realizada a partir das relações entre os artefatos ou estruturas? Dito de outra forma, seria um sítio arqueológico uma coisa física com conteúdo e estrutura ou seria uma construção conceitual definida em campo pelo pesquisador com base nas características que ele seleciona?

Tais questionamentos trazem consigo pressupostos filosóficos de cada quadro referencial teórico e de sua lógica interna. Enquanto uma abordagem defende que há um mundo a ser “descoberto” (realismo), a outra postula que qualquer conhecimento humano é irremediavelmente mediado pela subjetividade humana (idealismo).

Além disso, torna-se evidente que a mudança epistemológica do conceito de sítio está intimamente ligada aos pressupostos funcionalistas do quadro referencial teórico processual. Se o estudo dos materiais arqueológicos se dá para identificar as funções das áreas dentro de uma cultura, espera-se maior atenção nas relações que os objetos apresentam entre si dentro do espaço, do que simplesmente o espaço propriamente dito.

Binford (1992) explica que a menor medida de observação do arqueólogo é, de fato, o artefato. Entretanto, ele chama a atenção para características dos sítios que devem ser registradas em campo, tais como as estruturas, que quando as encontramos em pesquisas de campo, adaptamos nossos métodos para seu registro e mudamos porque algumas estruturas não podem ser levadas de volta ao laboratório, e o próprio ato de escavar as destrói. Então o pesquisador estende esse argumento para exemplificar seu entendimento sobre sítio arqueológico.

Eu suponho que quando arqueólogos afirmam que encontraram uma estrutura, esta afirmação deve ser fundamentada no argumento de que é demonstrável um arranjo espacial repetitivo e complementar entre coisas diferentes. Além disso, deve ser argumentado que esta estrutura complementar feita de diferentes coisas é reconhecível devido a dinâmicas organizacionais suspeitas ou conhecidas, resultantes da

justaposição de coisas diferentes no passado (BINFORD, 1992, p. 45, Trad. livre do autor).

O que Binford (1992, p. 47, Trad. livre do autor) defendia que há relações espaciais entre os artefatos que podem se perder se não forem observadas em campo. Que o sítio não é apenas o lugar onde os artefatos estão, mas também a relação entre esses materiais no espaço. “A escavação era considerada como o contexto de observação, na qual se podia criar um argumento estrutural, para os padrões de justaposição espacial entre coisas diferentes dentro de estruturas ou de unidades cronoestratigráficas”.

Apesar disso, Binford não era contrário à utilização do conceito de sítio, desde que este fosse considerado mais como um conceito operacional do que uma unidade de observação pretensamente observável empiricamente. O importante seria o entendimento sobre as dinâmicas que se manifestam de forma estática no registro arqueológico.

Atesta-se, portanto, uma mudança na concepção de sítio arqueológico que busca identificar mais relações espaciais enquanto pensa nas dinâmicas que resultaram nesses acúmulos de materiais, em claro contraste com o conceito anterior.

Além disso, neste sentido de questionar se um sítio arqueológico é uma unidade verificável empiricamente, ou se seria apenas um conceito operacional para delimitação do espaço de estudo, há ainda uma outra questão, ao tomarmos o pressuposto de Phillips e Wiley citado acima de que o sítio deveria ser composto de materiais de uma única ocupação, algumas relações entre os materiais podem ser ignoradas. Jones e Beck (1992) argumentam que desde o início do nosso treinamento em arqueologia nós aprendemos a importância das associações para datações. Estas associações são concebidas na forma de proximidade espacial ou localização em uma mesma camada estratigráfica entre dois ou mais artefatos.

Com base nestes argumentos de associação, podemos inferir dados cronológicos, por exemplo, para todos os outros objetos associados. Os citados autores então problematizam a noção de associação ao considerar que artefatos por vezes podem ser considerados contemporâneos por estarem em uma mesma camada estratigráfica, mas a camada pode ter levado 50, 1.000, ou mesmo milhares de anos para se acumular. De forma que o que se toma por sítio arqueológico, presumindo uma contemporaneidade do

material devido à proximidade espacial, pode ser uma concepção fundamentalmente equivocada.

E neste contexto destaca-se o surgimento da Arqueologia Behaviorista em desenvolvimento e resposta ao quadro teórico processual, na década de 1970. Pois este quadro teórico opera uma mudança de comportamento em relação ao estudo dos sítios. Antes de se tomar as concentrações ou dispersões de materiais como fotografias do passado, deve-se buscar interpretar os processos de formação do registro arqueológico, a atuação dos elementos pós-deposicionais e como esses materiais podem ter sido movidos para se aproximarem ou se distanciarem espacialmente.

Considero este quadro teórico como uma investigação de cunho epistemológico, pois, assim como na filosofia, antes de perguntar **o que é** o fenômeno, busca primeiro saber **como podemos conhecer** o objeto de estudo.

Esta discussão é importante por abordar de forma mais explícita os fatores atuantes tanto na formação quanto na alteração do registro arqueológico, o qual possui componentes culturais e não-culturais (SCHIFFER, 1972). Ou seja, os sítios arqueológicos apresentam não apenas evidências culturais, mas estão expostos tanto à atuação de agentes naturais como culturais que podem alterar significativamente a posição dos artefatos de seu local inicial de deposição.

Segundo Patrik (1985), é a partir das discussões sobre os processos de formação do registro arqueológico que se começa a entendê-lo não mais como um registro fóssil apenas, mas como um misto entre registro fóssil e registro histórico, não só pela atuação consciente dos agentes humanos na produção da cultura material, mas também na atuação destes como fatores que podem alterar e/ou distorcer o registro arqueológico, juntamente com fatores ambientais. Entretanto, é necessário destacar que antes dos trabalhos de Michael Schiffer na década de 1970, embora já sob a perspectiva sistêmica processual, o registro arqueológico ainda era entendido prioritariamente como um registro fóssil.

Conforme argumenta Schiffer (1972), talvez uma das suposições mais importantes já feitas pelos arqueólogos foi a de que os padrões de dispersão dos materiais arqueológicos refletem diretamente os padrões espaciais da realização de atividades por grupos pretéritos. “A perda, quebra e abandono de implementos e instalações em diferentes lugares, onde grupos de estruturas variadas realizaram diferentes atividades,

deixam um registro ‘fóssil’ da operação em si de uma sociedade extinta” (BINFORD, 1964, p. 425, Trad. livre do autor).

Para contrapor essa ideia, Schiffer argumenta que é preciso diferenciar nos padrões de dispersão de material: o que seria resultado de ações no contexto sistêmico, que seria a condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental, do que seriam variações espaciais no contexto arqueológico, que se constituem dos objetos que antes estavam em um sistema comportamental e agora são objeto de estudo dos arqueólogos.

Há na literatura um debate entre Binford e Schiffer (SCHIFFER, 1976; BINFORD, 1981; SCHIFFER, 1985) sobre a premissa de Pompeia, que seria esta concepção de que o registro arqueológico seria como uma fotografia do momento em que as pessoas abandonaram os vestígios no passado. Uma fotografia que pode ser acessada pelos arqueólogos nas pesquisas contemporâneas. E Schiffer (1976) utiliza essa premissa para propor, como se sabe, que há diversos agentes que podem atuar ao longo do tempo, alterando as posições dos artefatos, de forma que dificultaria uma compreensão das relações espaciais dos artefatos no sítio, uma vez que não se sabe se aquelas posições são de fato os locais onde os artefatos foram abandonados.

Neste sentido, Binford (1981) elabora alguns argumentos defendendo que esta premissa de Pompeia só é válida se buscarmos a identificação de “fatos” auto-evidentes do passado. Na perspectiva do autor, o registro arqueológico possui um espectro temporal muito mais amplo do que os eventos cotidianos, sendo, portanto, impossível que se entenda um contexto como um corte específico no tempo. “Na melhor das circunstâncias, o registro arqueológico representa um palimpsesto massivo de derivados de diversos episódios separados” (BINFORD, 1981, p. 197, Trad. livre do autor).

O que podemos notar é que há uma crescente construção do conhecimento em torno do conceito de sítio arqueológico ao longo do tempo. Primeiro o sítio era entendido de forma genérica como um lugar onde aparecem vestígios, depois, passou-se a questionar sobre as relações espaciais dos artefatos naquele espaço, em seguida, passou-se também a problematizar as próprias relações espaciais entre os objetos, uma vez que estão sujeitos a deslocamento por diversos agentes pós-deposicionais. É sobretudo a partir dos estudos de Michael Schiffer que vai se cristalizar na ciência arqueológica a

importância de perceber o registro arqueológico como passível de alteração ao longo do tempo em um determinado local.

Mas em paralelo a isso, os desenvolvimentos filosóficos a partir da reviravolta linguística continuaram a trazer enorme ênfase para a linguagem nas ciências em geral, em especial às humanas.

Como mostrado em Nobre (2021) o contexto histórico também influencia o desenvolvimento científico. E o quadro referencial teórico pós-processual trouxe consigo uma perspectiva muito calcada na linguagem enquanto forma de agir na sociedade.

SÍTIO ENQUANTO TEXTO

Embora possam ser identificadas diferentes vertentes de estudos no quadro referencial teórico pós-processual, o entendimento da dimensão pragmática da linguagem na filosofia (linguagem enquanto ação) trouxe consigo novas formas de se entender o registro arqueológico.

Uma linha que reivindica Robin Collingwood como ancestral; cita com aprovação os trabalhos de Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Anthony Giddens e Paul Ricoeur; e encara o registro arqueológico como um texto a ser decodificado. Esta posição reitera o indivíduo, privilegiando as habilidades criptográficas e a eloquência do arqueólogo como intérprete. (PATTERSON, 1989, p. 556, Trad. livre do autor)

Esta vertente do Pós-processualismo está relacionada com a discussão se a ciência arqueológica busca descobrir as leis gerais do comportamento humano, ou se leva em consideração o particularismo histórico de cada sociedade que seria única naquele local e espaço de tempo. Ao se observar as obras de Ian Hodder que se intitulam “Lendo o passado”, ou “Símbolos em ação”, percebe-se a influência da dimensão pragmática da linguagem e a busca de compreender o registro arqueológico a partir da cultura material como expressão cultural que poderia ser lida.

Neste contexto, Patrik (1985) explicita que os arqueólogos possuem duas formas distintas de entender o registro arqueológico: um modelo físico e um modelo textual.

A razão para focar no conceito de registro arqueológico é para esclarecer alguns problemas no atual debate entre os “novos” arqueólogos e os arqueólogos estruturais ou contextuais. Este debate concerne aos pressupostos metafísicos básicos feitos pelos arqueólogos sobre sua evidência, tanto quanto concerne a diferentes abordagens metodológicas a estas evidências. Olhando de perto a este debate, se descobre que embora ambos os lados entendam sua evidência como “o registro arqueológico” eles se referem a coisas radicalmente diferentes com o conceito [...] (PATRIK, 1985, p. 28, Trad. livre do autor).

No modelo físico o registro arqueológico é compreendido a partir dos objetos e estruturas que são efeitos estáticos de causas passadas, sendo, portanto, um registro direto de processos. Já no modelo textual o registro arqueológico também é entendido a partir de objetos e estruturas, entretanto, estes são considerados como sinais materiais de símbolos e conceitos passados. O registro é tido como arquivo de ações humanas, ideias e eventos de importância humana (JONES, 2004).

Patrik (1985) explica esta diferença nas concepções sobre o registro arqueológico, como registro fóssil e registro histórico: no primeiro tipo, o registro fóssil, estão registradas plantas e animais passados devido a processos físicos que transformaram a matéria orgânica em marcas padronizadas e estáticas nas rochas, e estas marcas seriam o efeito físico dos corpos originais e de outros processos naturais. “(...) a conexão apontada entre o registro e o que ele registra é uma conexão estritamente causal, mantida por um meio físico” (PATRIK, 1985, p. 33, Trad. livre do autor).

Por outro lado, no “registro histórico” assume-se uma conexão muito mais complexa entre o registro e o que ele registra, pois são agentes humanos que produzem o registro histórico e não processos físicos. Embora existam atividades físicas dos autores e propriedades físicas de objetos usados na produção de textos, a escrita de um registro histórico também depende das escolhas do autor, de convenções culturais sobre discursos entre muitas outras variáveis que não estão necessariamente submetidas a leis interculturais.

A partir destas definições, é possível considerar a particularidade do registro arqueológico no meio do caminho entre as duas.

(...) o caso é ligeiramente diferente em relação ao registro arqueológico. Porque a evidência arqueológica é presumidamente o produto de tanto de processos naturais como comportamentais, em vez

de produto de uma destas categorias sozinha, existe discordância entre os arqueólogos sobre qual tipo de evidência o registro arqueológico forma: Ela está mais para um registro fóssil ou para um histórico? Por um lado, ela é como os fósseis, porque ela é composta de efeitos físicos resistentes de objetos físicos, eventos e resíduos passados, ela também é similar em muitos dos seus processos de formação. Mas a evidência arqueológica também é como a evidência histórica porque ela foi produzida pela atividade humana, e muito dela foi distribuída espacialmente através de comportamentos que eram regulados por convenção. Como muitas destas convenções são culturalmente específicas, elas são mais como regras de gramática, as quais guiam a distribuição das palavras em frases, do que como leis naturais que determinam processos de fossilização de corpos orgânicos (PATRIK, 1985, p. 34, Trad. livre do autor).

Neste sentido, segundo o Jones (2004), o modelo físico seria utilizado em pesquisas que utilizam quadros teóricos como o do Histórico-Culturalismo e do Processualismo, que são mais materialistas, enquanto o modelo textual seria utilizado sob o quadro referencial teórico pós-processual, por sua vez, mais influenciado pela ênfase na linguagem enquanto mediação do conhecimento.

Contudo, para além desta dualidade em relação às correntes teóricas e suas formas de produzir o conhecimento, Patrik (1985) ainda argumenta que o termo registro arqueológico possui pelo menos cinco significados diferentes e que merece uma avaliação mais séria para ser considerado como um conceito teórico.

Primeiro: o registro arqueológico pode ser entendido como um receptáculo para os depósitos materiais (como o chão, por exemplo);

Segundo: os depósitos materiais podem ser considerados como o registro arqueológico;

Terceiro: os próprios artefatos é que são o que pode ser considerado como registro arqueológico;

Quarto: são as amostras arqueológicas que constituem o registro arqueológico;

Quinto: de forma mais literal, os relatórios e pesquisas em arqueologia são o que pode ser considerado como o registro arqueológico.

Patrik (1985) argumenta que a partir desta quantidade de definições, se deveria esperar que os arqueólogos fossem bastante familiarizados com o conceito, mas, ao mesmo tempo, isso sugere que não há nenhuma definição explícita do termo como conceito teórico.

A MULTIPLICIDADE DE ABORDAGENS

Talvez por uma característica da contemporaneidade em que se privilegia a multivocalidade, talvez em parte por uma postura mais conservadora dos arqueólogos, talvez pela necessidade de uma definição operacional, ou, mais provavelmente, por tudo isso ao mesmo tempo, é interessante perceber que, por mais que a discussão sobre o conceito de sítio arqueológico já tenha se expandido bastante, as definições antigas continuam a ser utilizadas. Tanto porque fazem parte dos quadros referenciais teóricos, quanto porque podem ser necessárias do ponto de vista operacional.

Em paralelo ao desenvolvimento da concepção de registro arqueológico enquanto texto, há também um aprofundamento do entendimento de sítio a partir da avaliação inicial dos processos pós-deposicionais para averiguar se as concentrações de objetos são provenientes da própria atividade de descarte ou se foram agrupadas em um mesmo espaço por agentes naturais ou antrópicos. É neste sentido que Dunnell (1992) propõe a interpretação de “sítio” como uma unidade de formação. Para o autor, certamente existem concentrações de artefatos, contudo, os artefatos encontrados em proximidade uns dos outros podem ter histórias totalmente separadas sem que tenham sido sequer utilizadas em um mesmo momento.

Já do ponto de vista da teoria, Dunnell (1992) afirma que a definição de sítio não tem qualquer utilidade teórica. Para o autor, uma vez que o sítio é definido como concentração de artefatos ele é um fenômeno moderno, do presente, e o interesse do arqueólogo seria o contexto sistêmico.

Dunnell (1992, p. 34, Trad. livre do autor), aponta as falhas da noção de sítio, para então propor uma concepção do “não sítio”, um registro arqueológico sem sítio, pois “se o artefato é tomado como a unidade básica de observação, então o registro arqueológico se torna uma distribuição mais ou menos contínua de artefatos na superfície do planeta, ou próxima dela, e não uma coleção de sítios esperando serem encontrados”.

Para o autor, esta noção orientada para o artefato como unidade básica seria mais apropriada por entender os materiais como unidades de deposição. Neste sentido, os espaços com maior densidade de materiais, que são geralmente classificados como sítios, serão entendidos como um epifenômeno gerado em consequência tanto de agentes

naturais como artificiais de transporte, erosão e deposição, os quais seriam plenamente explicados a partir dos processos atuantes nos artefatos (DUNNELL, 1992).

Contudo, esta concepção se choca com a noção defendida por Binford (1992) ao negligenciar as relações existentes entre artefatos em eventos genuínos passados. Então, como alternativa, o autor propôs que deveríamos buscar por um entendimento do registro arqueológico em diferentes escalas.

Igualmente equivocada é a noção de que “não existem sítios” no sentido de consequências estruturadas de organizações de curta duração e eventos do passado. Estas consequências certamente existem, e esta variabilidade escalar, a qual é acessível diferencialmente no registro arqueológico, coloca o arqueólogo numa posição de reconhecer as diferentes escalas de processos, tempos e durações que estão por trás da padronização condicionada variavelmente (BINFORD, 1992, p. 51, Trad. livre do autor).

Até aqui podemos ter uma noção da complexidade de se definir um sítio arqueológico e as implicações teórico-metodológicas de se trabalhar com uma ou outra perspectiva. Para Dunnell (1992), o registro arqueológico deveria ser visto a partir da compreensão de sistemas deposicionais dinâmicos, já para Binford (1992) este tipo de visão levaria o pesquisador a ignorar sistemas estáveis cuja variação é parte do próprio funcionamento do sistema. Para o segundo autor, as pesquisas deveriam ser feitas levando em consideração as diferentes escalas que constituem diferentes graus de variabilidade do registro arqueológico.

Há que se considerar também que, para além das definições já apresentadas de “não sítio”, de sítio enquanto diferentes escalas de inter-relações de artefatos e processos, e de registro arqueológico enquanto texto, há ainda mais uma perspectiva: a Arqueologia da Paisagem.

Desenvolvida em paralelo com todas estas discussões anteriores sobre sítio e registro arqueológico, é interessante notar que este quadro referencial teórico traz o foco para aquilo que estava sendo negligenciado durante o desenvolvimento do conceito de sítio: o lugar.

A primeira definição de sítio, como apontado anteriormente, considerava um lugar onde existiam vestígios de atividade humana. Com o surgimento do quadro

referencial teórico processual a ênfase passou para as relações espaciais dos artefatos para inferir funcionalidades. No quadro teórico pós-processual, os materiais passaram a ser entendidos como um texto, enfatizando a cultura material enquanto agente comunicacional. Mas ainda dentro da perspectiva do entendimento dos símbolos culturais, houve pesquisadores que se dedicaram a entender o espaço enquanto expressão simbólica. E esta seria a definição de paisagem: um espaço culturalmente mediado.

Esta é então a cruz da arqueologia da paisagem: ela se preocupa não apenas com o ambiente físico no qual as pessoas viveram suas vidas, mas também nos locais significativos nos quais as vidas eram vividas. Isso inclui as árvores e rochas e estrelas, não como objetos abstratos, mas como coisas com significado que estão localizadas ontologicamente e experimentalmente nas vidas das pessoas e nas práticas sociais (praxis) (DAVID e THOMAS, 2010, p. 38, Trad. livre do autor).

Segundo David e Thomas (2010) então, a Arqueologia da Paisagem interessa-se em localizar a experiência humana. É uma arqueologia de lugares, não como conjuntos de aglomerados físicos em um espaço, mas do lugar em suas diferentes dimensões: experimental, social, ontológica, epistemológica etc. Preocupa-se mais com a forma com que os humanos interagiram com o lugar e sua espacialidade nos momentos de prática social.

Há, portanto, um significativo desenvolvimento histórico dos conceitos de sítio e registro arqueológico. Muitas vezes a definição está intimamente relacionada com seu respectivo quadro referencial teórico, mas também pode ser que seja utilizada em uma perspectiva mais operacional da pesquisa de campo.

Conforme apontado brevemente, a legislação brasileira ainda utiliza as primeiras noções do conceito de sítio e isso possui um caráter muito mais operacional do que teórico, uma vez que, considerando o caráter imutável que os bens tombados assumem (entre eles o patrimônio arqueológico) seria bastante complicado de compatibilizar uma proteção legal para um espaço entendido como uma paisagem arqueológica, por exemplo. A noção de paisagem arqueológica, se assumisse o caráter de proteção atribuído ao patrimônio arqueológico, inviabilizaria bastante a utilização daquele espaço em atividades recentes. Em situações de Arqueologia de Contrato, praticamente

impossibilitaria a implantação de qualquer obra. Neste sentido, se o sítio for entendido de forma operacional como este lugar onde aparecem os vestígios, é mais fácil de delimitar, escavar, coletar e datar, sem impedimentos para a utilização futura do espaço. Não porque é um fenômeno em si, com *status* ontológico próprio, mas porque precisamos de formas de compatibilizar a pesquisa com os usos contemporâneos destes espaços, seja para implantação de obras ou para uso local de terreno para atividades menores, mas não menos importantes como agricultura familiar, por exemplo. O tempo presente também tem sua própria relação com o mundo e uma espacialidade própria.

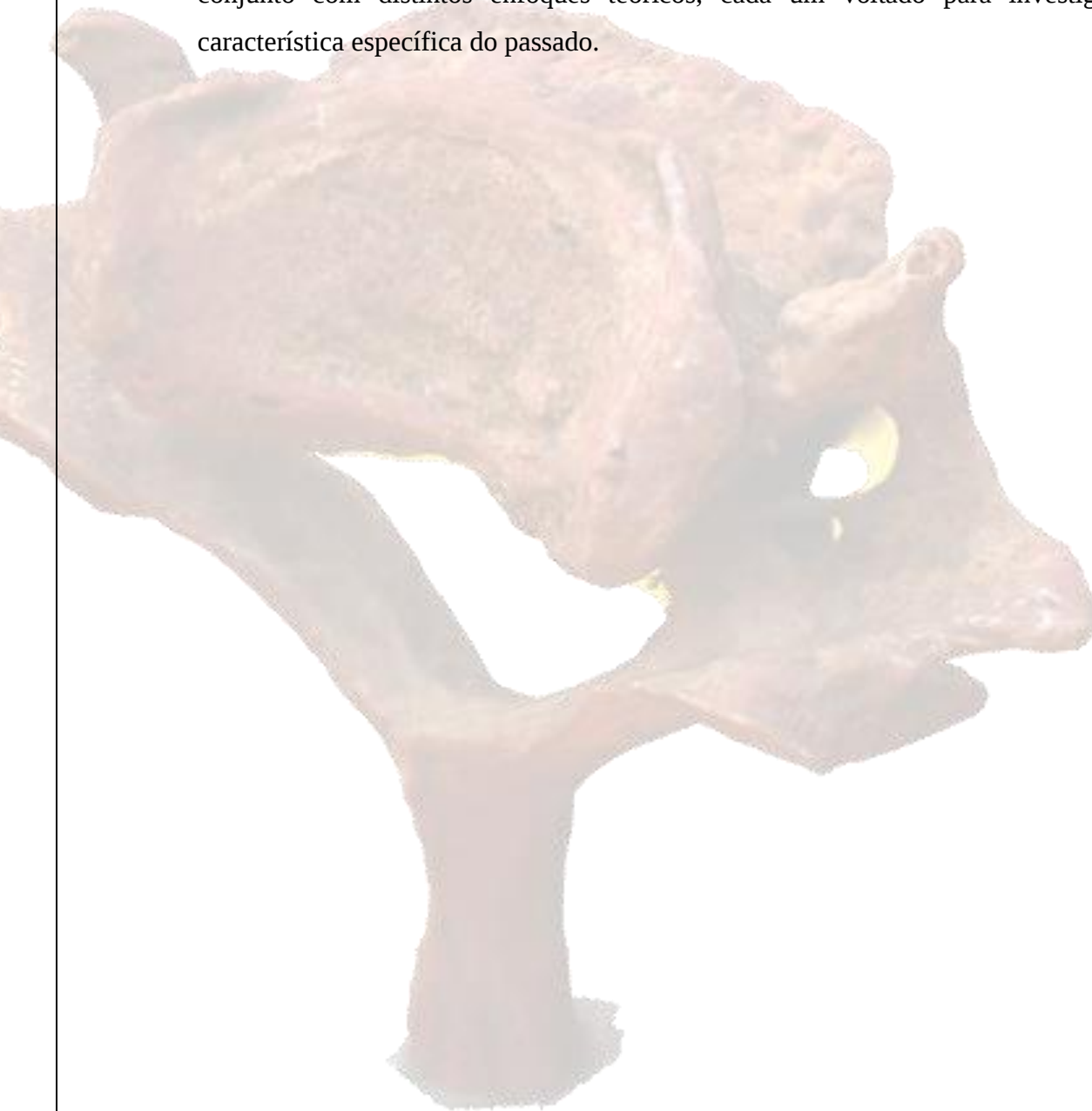
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme busquei mostrar, as discussões sobre os sítios arqueológicos acompanhou o desenvolvimento dos quadros referenciais teóricos na disciplina arqueológica, a qual, por sua vez, acompanhou também os desenvolvimentos teóricos da filosofia. Assim como todas as outras ciências ao longo do último século.

Os diversos quadros teóricos possuem formas específicas de lidarem com seus objetos de pesquisa, a partir de sua própria linguagem e lógica internas. Algumas destas definições permanecem em uso até hoje. Não necessariamente porque os quadros teóricos continuam em utilização na mesma medida, mas alguns ainda servem de forma operacional para a realização de pesquisas específicas.

Neste contexto, a partir da visualização dos conceitos de sítio e registro arqueológico torna-se evidente o quanto estas definições foram sendo expandidas ao longo do tempo. Da simples definição de um lugar com vestígios humanos do passado, para as relações espaciais dos objetos para inferir funcionalidades culturais, para a percepção de que agentes pós-deposicionais podem distorcer a espacialidade deposicional dos artefatos, para a compreensão de que se deve avaliar os fenômenos pós-deposicionais antes de se considerar uma concentração de materiais arqueológicos como evidência de um único descarte, passando pela interpretação da dispersão material enquanto expressão linguística e cultural, até a percepção do espaço em si enquanto inserido em vastas redes de simbolismo cultural, esse caminho exemplifica como o conhecimento arqueológico se desenvolveu bastante ao longo dos últimos cem anos.

E vale destacar que os conceitos de sítio e registro arqueológico e todo seu arcabouço de desenvolvimento histórico são apenas as bases para a realização de estudos com inúmeros enfoques teóricos a depender de qual quadro referencial teórico for escolhido para a elaboração da pesquisa. Cada conceito desses pode ser utilizado em conjunto com distintos enfoques teóricos, cada um voltado para investigar uma característica específica do passado.



REFERÊNCIAS

BAHN, Paul; RENFREW, Colin 2004. **Archaeology: Theory, Methods And Practice**. Fourth Editon, Thames and Hudson.

BICHO, Nuno Ferreira 2011. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa, edições 70.

BINFORD, Lewis R 1992. Seeing the present and interpreting the past – and keeping things straight. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press.

_____, Lewis R 1981. Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise". IN: **Journal of Anthropological Research**, Vol. 37, No. 3, pp. 195-208. [Consultado em 27-11-2024] DOI:10.1086/jar.41.1.3630269 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263441904_Is_There_a_Pompeii_Premise_in_Archaeology

DAVID, Bruno e THOMAS, Julian 2010. Landscape archaeology: an introduction. In: DAVID, Bruno e THOMAS, Julian (eds). **Handbook of landscape archaeology**. Left coast press.

DREWETT, Peter 2001. **Field Archaeology: An Introduction**. London: Taylor & Francis e-Library.

JONES, George T. e BECK, Charlotte 1992. Chronological Resolution e Distributional Archaeology. IN: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**, Plenum Press.

JONES, Andrew 2004. **Archaeological Theory and Scientific Practice: Topics in Contemporary Archaeology**. Cambridge.

NOBRE, J. N. de S 2021. **Outra história do pensamento arqueológico: comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Manfredo A. de 2012. **Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica**. São Paulo, Editora Paulus.

_____, Manfredo A. de 2015. **Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea**. Edições Loyola, São Paulo, 4ª Edição.

PATRIK, Linda E 1985. Is There an Archaeological Record? IN: **Advances in Archaeological Method and Theory**, Vol. 8, pp. 27-62. [Consultado em 27-11-2024]
Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9780120031085500075>.

PATTERSON, Thomas C 1989. History and Post-Processual Archaeologies. IN: **Man, New Series**, Vol. 24, No. 4, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, Dec., pp. 555-566. [Consultado em 27-11-2024] Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/2804287>

PUNTEL, Lorenz B 2008. **Estrutura e Ser: Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática**. Editora UNISINOS.

SCHIFFER, Michael B 1972. Archaeological context and systemic context. IN: **American Antiquity**, Vol. 37, Nº 2. DOI:[10.2307/278203](https://doi.org/10.2307/278203) [Consultado em 27-11-2024]
Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/245474261_Archaeological_Context_and_Systemic_Context

_____, Michael B 1976. **Behavioral Archaeology**. Academic Press Inc, New York.

_____, Michael B 1985. Is There a "Pompeii Premise" in Archaeology? IN: **Journal of Anthropological Research**, Vol. 41, No. 1, pp. 18-41. [Consultado em 27-11-2024]
Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3630269>

BRASIL, Constituição federal, Lei nº 3.924/1961